

# O REGIME DAS ÁGUAS DA CENSURA AO CUIR: CULTURA POP, DIY E COMUNIDADE ONLINE EM RESISTÊNCIA AOS RESQUÍCIOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA<sup>1</sup>

*Vannie Pawelski da Gama<sup>2</sup>*  
*Rafael de Brito Dias<sup>3</sup>*

## RESUMO

A maré das censuras contra as sexualidades não-normativas e suas expressões artísticas já tentava arrastar às profundezas do inalcançável ao público livros, peças de teatro e músicas durante a ditadura militar brasileira, fenômeno histórico endereçado por autores como Deonísio da Silva e Ronaldo Costa Couto. Por entre a pós-pandemia da COVID-19, vivemos um agitado mar de prenúncios da censura às expressões de diversidade sexual e de gênero agressivo pela violência no país. Entretanto, encontramos na comunidade online, do DIY, e na cultura pop entre 2013-2023, resistência com assistência das tecnologias computacionais e de informação à diversidade cultural da comunidade LGBTQ+ no Brasil – uma poderosa aliada contra as mudanças climáticas políticas neoliberais e conservadoras segundo Wendy Brown e Paul Preciado. O presente texto procura traçar por interdisciplinaridades teóricas e estudos de caso a importância das tecnologias midiáticas – era da informação por Gere, Bentley e Dalla Costa – para a resistência LGBTQ+ no Brasil seguindo panorama histórico da ditadura militar brasileira, com foco entre 1964-1985, e o presente pré e pós-pandêmico, período de abertura à diversidade brasileira para a mídia popular e contracultura online entre de 2019 e 2023, em meio aos atuais ataques a democracia e a identidade cuir no país.

**Palavras-chave:** Cultura Digital, Tecnologias, Ditadura Militar, Teoria Cuir, Arte Cuir.

1 Artigo oriundo da dissertação “Tecnologias em cocriação enquanto ferramenta auxiliar de acessibilidade à diversa arte visual contemporânea brasileira”, realizada na UNICAMP, FCA - ICHSA, com bolsa CAPES.

2 Mestrante do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual – UNICAMP e Artista visual interdisciplinar, [vanniegama.vyslab@gmail.com](mailto:vanniegama.vyslab@gmail.com).

3 Professor orientador doutor na Faculdade Ciências Aplicadas e no Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unidades Estadual de Campinas - UNICAMP, [rbdias@unicamp.br](mailto:rbdias@unicamp.br).

## INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta um fragmento da história cultural contemporânea queer em diálogo com a representação política LGBTQ+ e seus direitos expressos sensivelmente pela cultura pop digital, em face da crise democrática acentuada nos últimos dez anos no Brasil. Para tal, se busca retomar a importância das expressões artísticas *queer* ou *cuir*, que integram a paisagem cultural, política e ecossistêmica diversa numa sociedade brasileira que convive com amargos contrastes; da violência e das conquistas; do exercício do Estado de Direito e a falta de acesso à informação; da expressão artística experimental das sociotécnicas em compartilhamento ao crescimento de movimentos antedemocráticos, colhidos do perpetuar de uma história de autoritarismo e disputas de poder pautadas em segregação, exploração e coerção social ancorando a elite do país através dos tempos.

Nos estudos culturais, nas ciências sociais e na história da arte, o *cuir* cria, nas confluências e divergências da teoria *queer*, múltiplos objetos materiais e imateriais culturais, como na enfática presença no cinema. Se faz ligeiramente ausente a atenção à cultura digital *cuir* em âmbito de pesquisa; talvez devida sua juventude de manifestação, talvez pelos entraves teóricos com a comunicação, com a história da arte ocidental, aos estudos das mídias que ela evoca. Independentemente destas hipóteses, a escassez destes estudos culminam em mais uma das ausências de dados e informação sobre a comunidade LGBTQ+. Tais ausências extraem componentes essenciais à luta contra a violência - como verificável pelos crescentes dados de homicídios à pessoas LGBTQ+ no Brasil nos últimos vinte anos pelo dossiê de 2022 de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil - e ao conhecimento, preservação, comunicação e sensibilização da cidadania e história *cuir*, independentemente de sua durabilidade conceitual.

Como veremos a seguir, a luta pelos direitos LGBTQ+ e contra a LGBTQfobia sobrepõe a violência crua e monodisciplinar; falamos de representatividade na política e fora dela, e assim, observar os atentados democráticos é perceber o entrelaçamento entre intolerâncias e invisibilizações de ordem da legitimação existencial pela desigualdade social. A opressão e deslegitimação das técnicas da comunidade, o silenciamento cultural pela rotulação de falsa homogeneidade alienante é um campo de crítica a serem expostos através da abordagem de uma arte social do reconhecimento das técnicas, tecnologias, relações e complexidades entre ambientes culturais. São diálogos entre sociedade, cultura, e por que não natureza, quando percebemos os movimentos das censuras e dos ataques democráticos com a agressividade da modernidade capitalista é exploratória

dos recursos, dos direitos humanos, como regimes de águas de represamento em contraposição aos alagamentos pantaneiros que não impossibilitam o desenvolvimento da flora e fauna em seus leitos.

Para este fragmento de trajetória analisaremos conteúdos da cultura pop digital pautados no DIY (*Do it yourself*, faça você mesmo) em coletividade, ao exemplo do reality show online “Corrida das Blogueiras”, dirigido por pessoas da comunidade LGBTQ+ de forma explícita na criação de conteúdo no YouTube, dos canais Diva Depressão e Dia Estúdio, ao recorte dos participantes diversos em expressão artística, gênero, raça e etnia, sexualidade, e Estado de residência, e na presença da deputada Erika Hilton, primeira deputada travesti do

Brasil, no quadro de maquiagem *DellaMake*, da Drag Queen Bianca Della-Fancy também no YouTube. Conjunto a tais conteúdos analisaremos o impacto dos conteúdos digitais na democracia brasileira pelo relatório do Ato antidemocrático de 8 de Janeiro de 2023, de Eliziane Gama, aprovado e disponível a público em 17 de Outubro de 2023, e como os discursos violentos neoliberais têm colaborado para a manutenção da LGBTfobia através de índices de violência dispostos no dossiê de 2022 do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQI+ no Brasil. Esta proposta de análise de dados integra métodos quantitativos e qualitativos, com abordagem interdisciplinar em referencial teórico. O objetivo deste trabalho é colaborar para a história cultura cuir, para a constante luta de direitos através das políticas públicas e da cidadania estimulada pela cultura pop digital que é certamente, um exercício democrático para a comunidade LGBTQI+ e consequentemente, para a sociedade brasileira em sua sociodiversidade.

## REGIME DAS ÁGUAS

Em 17 de Outubro de 2023, é publicado o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, pela relatora senadora Eliziane Gama. A senadora ressalta a crise da democracia e a importância que a dimensão digital obteve enquanto dimensão aglutinadora e pulverizadora dos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro por uma estimulação contraditória e servidão voluntária. Os resquícios das motivações da ditadura militar tais como a defesa da economia, da família e dos bons costumes circundados a propagação do mito da insuficiência de competência dos presidentiáveis e de um sentimento de desconfiança da democracia brasileira, inflado aos interesses de golpistas, é presente na atmosfera da contemporaneidade da política brasileira, como extensamente visto pelo relatório e por todo o caso do 8 de Janeiro deste ano. Tal como um movimento forçoso de represamento que insiste em seu formato devastador,

sob o véu de um heroísmo, vemos mais uma tentativa dum regime das águas que não calcula a vastidão do lado negativo das suas atividades, dum afogar da sociodiversidade.

Diferentemente do complexo bioma do Pantanal, onde as matas ciliares pantaneiras abrigam pássaros e possibilitam a expansão da biodiversidade local, que compõe um ecossistema rico em fauna também aquática, sistemas de represamento são comumente confundidos como uma solução inquestionável ao problema energético – enquanto uma das possíveis soluções à queima de combustíveis fósseis de um capitalismo carbonífero. “O ciclo anual da subida das águas, fenômeno que registra na época das chuvas, é vital para os seres vivos” (Neiman, 1989, p.64) e faz parte da vastidão de corpos hídricos, sejam resultantes dos alagamentos sazonais oriundos das chuvas que enriquecem de nutrientes as regiões do Pantanal, ou dos lentos rios que desenham o paraíso das águas, como o Rio Negro e o Rio Taquari, que abrigam territórios tradicionais e populações ribeirinhas e indígenas. No caso do Pantanal, o equilíbrio entre as águas, a flora e a fauna pantaneira, numa vegetação que reúne elementos de outros biomas brasileiros como os do cerrado e caatingas (Neiman, 1989), nos lembra da impossibilidade de ecossistemas feitos de apenas uma comunidade de seres vivos, que representem aquele espaço em uma totalidade originária, endêmico.

Em Zhouri e Oliveira (2007) a distribuição desigual de renda no globo e a realocação impacto do capital em território, seja deslocando ambiente ou sociedade da região a ser explorada é uma das realidades comumente ignoradas quando da longa história brasileira da implantação de hidrelétricas no país. As políticas energéticas das hidrelétricas e a crença do Brasil sustentável, ainda que as barragens até o ano de 2007 já haviam inundado 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no Brasil (Zhouri e Oliveira, 2007) remetem a uma realidade incômoda, tal qual do regime das águas da ditadura militar e dos ataques democráticos: Ainda não chegamos a uma solução energética, tão pouco a um suficiente alerta e medidas protetivas à democracia brasileira.

As CPMIs do 8º de Janeiro foram essenciais para demonstrar a seriedade de nosso Estado de Direito, porém, o que vem agora? Assim como as hidrelétricas, que são e foram implantações e medidas explícitas da mensagem das alternativas energéticas à queima de combustíveis fósseis, embora este ainda seja queimado, isto é, convivendo com uma estratégia parcial, é pouco questionada em sua violência social. Nossa abertura democrática não estabeleceu uma cisão aos autores de uma ditadura, assim como não questionar as novas matrizes energéticas não é romper com as antigas, ainda mais quando convivem em um mesmo sistema que

conserva prioritariamente um modelo de modernidade posta em terra de exploração econômica, despida de toda sua biodiversidade, e sociodiversidade, dada as prioridades brutais de uma indústria capitalista.

A implantação das paisagens industriais como as hidrelétricas viola os direitos humanos e ambientais sob a proteção de sustentabilidades insustentáveis – as que negligenciam a viabilidade socioambiental das modificações que se fazem em territórios quando de projetos de impacto exploratório direto, mas também do impacto indireto, como dos resíduos e degradações que ocorrem de projetos exploratórios e industriais, decorrentes da lógica econômica instrumental (Zhourí e Oliveira, 2007). Compreendendo o dinamismo das águas e as diferenças de regimes pantaneiros, nomeadamente, biomas e não intervenções industriais modernas, e a completa dizimação de biodiversidade e sociodiversidade, imaginam-se relações como das políticas censórias das vozes daqueles que não serão úteis ao desenvolvimento do ideal econômico; sob interesses inclinados aos discursos neoliberais que são parte dos regimes das águas que afirmam desenvolvimento econômico pela estagnação das dinâmicas ambientais e sociais (ou mesmo sua interrupção), ou da ausência da vivência de seu potencial. Pelo mal que é atribuída a mera presença de culturas e naturezas, da existência do meio ambiente deslegitimado quando não utilizado para fins exploratórios, territórios e populações igualmente deslegitimadas como as diversas populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, e dinâmicas de agricultura familiar que são afetadas diretamente no caso das hidrelétricas sem planejamento socioambiental.

Ao caso dos ecossistemas digitais e às censuras infotelecomunicacionais da expressão da diversidade, essa deslegitimação da existência compartilha além da visão econômica, uma censura a diversidade local. Seguimos pela defesa da democracia, do princípio do Estado Democrático de Direito, que estrutura a Constituição Federal. A democracia moderna para Eliziane Gama (2023) deve contemplar os requisitos de representatividade cidadão-eleito, num Estado de Direito com alternância de poder e promoção dos direitos fundamentais, e a separação em contrapesos da separação dos três poderes, apenas possível pela participação política da sociedade civil e do Estado (composto de representantes da mesma), num exercício de pluralismo político de ideias e exercício da cidadania ativa. Esta não inclui Poder Moderador, como pela relatora Eliziane Gama, tão pouco possibilita ascensão militar enquanto poder equiparável aos três poderes constitucionais (O legislativo, o Executivo, e o Judiciário), como tanto se confundiu nos períodos de ausência de democracia e instauração de ditadura no Brasil (e suas tensões prévias). A erosão democrática de Eliziane Gama que cita Mounk (2019) e Zilinsky e Ziblat (2019), se dá como um processo acentuado na década

de 2010 com as primaveras árabes e as frustrações das expectativas dos louros comuns da globalização. São medidas sutis e simbólicas com discursos que intensificam narrativas neoliberais através de porta-vozes, como a deslegitimação do próprio sistema democrático, tanto em agentes, poderes, quanto em processo sociotécnico como o voto e sua captação, documentação, análise, e apresentação (como do questionamento da legitimidade do voto).

A relatora cita a censura e a repressão aos meios de imprensa como instrumentos de preferência dos governos antidemocráticos, independentemente do alinhamento ideológico. A jovem democracia brasileira, jovem como uma árvore em seu primeiro século de vida. Eliziane e a manipulação das massas, citando as obras de Hannah Arendt (2012) neste processo, onde a adesão da população aos ideias totalitários fossem frutos de uma alienação pela propaganda, numa guerra híbrida das narrativas. Mas, também podemos reagir com a comunidade online em uma cultura pop de resistência cuir, num contexto onde as guerras híbridas são ainda mais densas em fluxo e volume com a era da informação? Essa reação não é para qualquer doutrina. Trata-se do exercício democrático do Estado de Direito, dos direitos humanos e cidadãos de nossa comunidade de maneira plural na esfera pública e digital.

Como chama a atenção a relatora e senadora Eliziane Gama, as conspirações das guerras culturais são característica comum à difusão da desinformação e *Fake News* que inflam as bolhas informacionais dos imaginários das criptocracias para seguidores antidemocráticos - das quais mesmo os direitos humanos é por vezes tratado não como direito, mas como orquestra conspiratória cultural. As plataformas digitais foram importante veículo dessa informação e da formação de grupos coesos pela política de agregação pela segregação sustentada pela retórica do ódio, conceito destacado do trabalho de Rocha (2021) no relatório de Gama - direcionado ao "Marxismo Cultural" que num delírio inclui também a demonização da comunidade LGBT+.

Em Couto (1998) a história da ditadura militar e sua abertura política é constantemente transpassada pelas mídias da televisão, dos rádios e dos jornais - Mídias do contexto da pesquisa de Couto - também pela censura artística, assim como pela resistência social, ora noticiada, ora abafada, mas consciente, ao longo do processo da década de 1980, do impacto que a organização social tem, pela expressão artística e coletiva que seja, de mostrar-se irreverente a continuidade dos abusos do poder militar e da censura. Ainda que a censura, por vezes munida dos valores conservadores normativo cristãos duma política dos bons costumes, se estendem até o final dos anos de 1980, como revivido por Deonísio da Silva (1989), da qual literatura política assim como literatura *queer* e homoafetiva

eram vetadas de circulação. Ainda que estes atos não impedissem as manifestações artísticas destes tempos, apenas os dificultassem, numa afronta aos direitos da arte, de artistas e da representação, ora de oposição ao pensamento militar, ora de oposição a cisnorma cultivada nas décadas mais severas da repressão da ditadura brasileira, mantinham-se compartilhados por microambientes culturais, mais ou menos obscuros a vigilância política da época.

Com relação a participação da mídia da televisão e comunicação em massa, fundamentais aspectos da cultura em seus diferentes fenômenos e eventos entre décadas, tanto em abordagem histórica quanto teórica ao contexto brasileiro, José Marques de Melo (2004) apresenta a importância das dinâmicas nacionais e confluentes internacionais, bem como da relação entre tradição e modernidade que compõe e compuseram os movimentos midiáticos do século XX e XXI na América Latina e no Brasil. De maneira complementar e com enfoque na teoria da comunicação, Costa (2006) também menciona o impacto da industrialização e da internacionalização no processo de solidificação das dinâmicas comunicacionais midiáticas no Brasil e na América Latina, inclusive por se diferenciar dos panoramas europeus, da Escola de Frankfurt, pela cultura de massa não representar uma alienação, mas um dos aspectos de expressão da diversidade cultural brasileira, muito se apropriando do espaço televisivo para desenhar identidades regionais, locais, em convivência aos momentos cosmopolitas e intensamente influenciados pelos Estados Unidos, fato que é visível inclusive na cultura pop *queer* das *drag-queens* no Brasil, ainda que resignificadas e transmutadas as multiplicidades das identidades brasileiras.

Segundo o relatório de Eliziane Gama, o papel das *Big Techs* é enorme, sendo que das redes sociais, a mais utilizada é o Youtube (96,4%) dos usuários brasileiros na primeira metade da década de 2010. Um espaço que contribuiu na promoção de Fake News diversas, políticas e de saúde, sem ações deliberadas das *Big Techs* responsáveis pelas plataformas, incluindo anúncios golpistas financeiros que atingiam milhares de famílias, conteúdo verificado pela NetLab da UFRJ<sup>4</sup> e que acarretou processos legais entre Ministério da Justiça e a Meta. Os debates nas estruturações dos ecossistemas digitais são parte da história recente de nossa política, tecnologia, comunicação e cultura brasileira contemporânea, sem romantismos ou determinismos tecnológicos, e sem demonizações tecnológicas.

Vejamos como o ecossistema digital também possui suas resiliências, como no caso da comunidade LGBTI+, comumente atacada, seja na sociedade civil ou na

4 <https://netlab.eco.ufrj.br/blog/golpe-financeiro-atraves-de-anuncios-no-meta-ads> e <https://netlab.eco.ufrj.br/post/minist%C3%A9rio-da-justi%C3%A7a-multa-meta-em-ao-menos-r-9-milh%C3%B5es-por-an%C3%BAnuncios-falsos-sobre-desenrola-brasil>

dinâmica política da tomada de decisão (e suas implantações, propostas, dissoluções e capilaridades), pela parcela fundamentalista e neoliberal da sociedade brasileira, por meio tanto da representação política quanto da cultura política pelas relações entre tecnologias, cultura pop e do DIY como importante ambiente receptivo a cidadania, a cooperação e a comunicação democrática diante da vivência crítica entre digitalidade e esfera pública material, concreta.

Como contexto de políticas públicas e direito, no trabalho de Pedra (2020) dos direitos LGBTI+ no Brasil, vê-se os insistentes entraves, paralizações e ações contrárias aos direitos da comunidade nas políticas públicas brasileiras. São apenas nos últimos 20 anos que direitos básicos nos são atribuídos pelo Estado, como a união civil, ainda que sob constante ataque de deputados conservadores e fundamentalistas, em especial neste ano de 2023, bem como a criminalização da LGBTfobia, do direito a retificação de documentos sem laudos médicos que nos veja como doentes. Uma história de direitos conquistados recentemente, e que ainda luta contra um sistema público de saúde discriminatório, para que integre a diversidade em suas necessidades médicas que não cabem em um sistema, bem como nossa constante luta contra as violências tanto sociais quanto institucionais das mais diversas expressões em espaços públicos ainda em normalidade e manutenção pelo Estado e sociedade civil intolerante. O problema de ausência de informação sejam em dados coletados sobre a comunidade LGBT+, sejam as informações chegarem à sociedade civil sobre seus direitos.

No ambiente do “ espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 1985, p.9), um espaço urbano capitalista, também digital, com paisagens culturais de segregação social enquanto processo dinâmico e em diálogo com o próprio capitalismo, remontando às cidades capitalistas em Corrêa (1985). Para uma história LGBTQIA+, apontamentos teóricos de Rocha (2023), história conjunta ao urbano, à construção da vida social, seja por vias essencialistas ou construcionistas é composta de pontos de conflito, ora retida em um contexto histórico de impermanência das identidades e sua aparente iminente descontinuidade, ora retida a uma tentativa de cronologia pelo estabelecimento de acontecimentos enfáticos e brilhantes na história queer. E não seria justamente na demanda indisciplinada de uma história de LGBTQIA+ que abre-se a possibilidade do rompimento ao pensamento da cis-heteronormatividade? questiona Rocha (2023).

Em “Ninguém Solta a mão de ninguém, manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades” organizado por Tainã Bispo (2019) “Crises econômicas criam grandes espaços para manobras políticas e são o elemento incendiário em situações de instabilidade social, marca perene de nossa história, contada como



pacífica” (Vera Laconelli in Bispo, 2019, p. 29). Para Laconelli (2019), pensar solidariamente no Brasil tem sido um dos gestos mais subversivos no tecido da vivência social – pois é aí que experienciamos os direitos compartilhados e em equidade aos cidadãos e agentes da esfera pública, cultural, artística, e ambiental.

## CULTURA POP, DIY E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Obras do início do século XXI como as de Moraes (2001) já enxergavam o potencial democrático e resiliente, bem como criativo, da internet, das mídias sociais digitais, embora pouco se considerasse o impacto das *Big Techs* e das *Fake News* no ambiente digital dentro da própria difusão cultural, uma transferência de indústria cultural tradicional para indústria cultural digital – Infotelecomunicações tecnológicas vivem os extremos dos monopólios do capital em rede enquanto há o desenvolvimento da participação política e social intenso, com compartilhamento de conhecimentos de grupos segregados do ambiente do espaço público físico, permitindo a comunicação de informação e integração de membros distantes geograficamente pelos ecossistemas digitais.

Gere (2002), assim como em Moraes (2001), dedica-se a atenção a integração das tecnologias infotelecomunicacionais, mas com enfoque na cultura digital e nos anúncios que as vanguardas artísticas do século XX propunham com a experimentação das novas técnicas digitais, como nos anos 60 com John Cage, e Nam June Paik com as videoartes a partir dos anos 70; Gere também integra a história da computação a história da arte digital, e seus movimentos subversivos e contraculturais como da cultura *hacker*. Assim como na dimensão material, o virtual têm complexas teias sociais, não podendo ser sujeito a romantismos ou fatalismos deterministas ou neoliberais de suas dinâmicas incalculáveis. Levin e Mamlok (2021) amadurecem os estudos em tecnologia conjunta aos estudos culturais digitais pela simbiose e mutação dinâmica na autoimagem do ser pela sua relação, apresentação e representação no espaço digital das redes sociais, mediadas pelas tecnologias da informação, numa interação profunda com a esfera e ecossistema online por entre a intersecção dos elementos interdisciplinares da sociedade, cultura e tecnologia.

Das relações simbióticas entre tecnologia e cultura, o giro tecnológico mencionado por Leopoldo (2020) no trabalho teórico queer de Paul Beatriz Preciado (2019) se dá também na esfera digital, pelo ambiente digital carregar um lugar de manifestação tecnológica do gênero. Preciado (2019) mistura textos das técnicas das artes com as técnicas de gênero em meio ao contexto do antropoceno contemporâneo, da nomeação a mudança fisiológica pelos processos tecnológicos

aplicáveis ao corpo. Como em Levin e Mamlok (2021), a tecnologia interage com a autoimagem e com a imagem refletida, das quais o ambiente digital torna ainda mais moldável por meio de filtros nas redes sociais que constroem efêmeras realidades do ser, estas, se diferem das técnicas de DIY, pois no DIY a manufatura sobre o corpo, a tecnologia que prevalece, embora mutável, conserva a característica do artefato, como a própria obra de arte.

A legitimação e deslegitimação das técnicas de arte por suas origens e territórios expressas na história da arte hegemônica é questionada por Zolberg e Cherbo (1997), e motivam a construção da história cultural e história da arte em perspectiva crítica, que amplie a miríade das obras de arte pela motivação decolonial, de uma contemporaneidade aberta as novas técnicas enquanto compreende as técnicas modernas e anteriores oprimidas e mesmo desconsideradas da equidade do valor artístico de determinadas expressões. Nesta perspectiva, a arte das técnicas de maquiagem, vestuário e performance, característicos do DIY online de um público queer, é um exemplo de arte contemporânea pouco considerada em nossa nova história cultural e assim, um conjunto de elementos a termos a atenção da sensibilidade e legitimação em processo, criação e teoria.

O DIY, para Dias (2022) é uma das possibilidades técnicas cooperativas, comunitárias online, que efetivam a inclusão social e a sustentabilidade ambiental como o reuso, conserto, aprimoramento e ressignificação de artefatos. “Essas experiências podem ser compreendidas como ensaios que exploram as possibilidades e os limites de um padrão tecnológico e produtivo alternativo, apoiado em um conjunto de valores distintos daquele que sustenta o atual modelo” (Dias, 2022, p. 309). Ao passo que atravessa produtividades e percorre a significação cultural da prática e criação artística, território que compartilha da suscitação coletiva experimental, de aproveitamento e ressignificação técnica e tecnológica – de diversas tecnologias, como do próprio gênero à cultura queer em condução à arte, bem como dos lugares ambientalmente conscientes dos processos de reaproveitamento criados pelos artefatos de DIY, materiais e imateriais, apresentados ao meio digital enquanto existentes no meio físico (como peças de roupas, maquiagens, performances gravadas ou *live*). Ambas as maneiras do DIY, seja do movimento *maker* estudado por Dias (2022) quanto a cultura queer são efetividades na articulação de transformações sociais pelas tecnologias, “É não apenas possível, mas desejável, desenvolver padrões tecnológicos que favoreçam as relações humanas, apoiados na convivialidade, no cuidado e no afeto” (Dias, 2022, p.331), ambos condutores das sociedades conviviais e suas tecnologias, propostas por Illich (1973).

A falta de respaldo popular nas novas formas de família, multiplicidade de gêneros e paridades dos direitos entre os mesmos em Laconelli (in Bispo, 2019). Grande enfoque político da obra, seja nas denúncias dos ataques aos direitos humanos e da democracia brasileira considerando sua história, com constante memória à ditadura militar brasileira e massacres contra populações indígenas. “Democracia, povo na rua, mas também demagogia, desinformação. (...) A cultura do medo e a cultura violência cresceram tanto que chegaram ao centro. Tomaram corpo, espaço, dividiram o país em dois lados. Incomunicáveis entre si” (Junião in Bispo, 2019, p. 112). O poder da cultura e da resistência afetuosa, de trocas, de cidadania em suas diversas linguagens, considerando a história do Brasil colônia, assim como das questões contemporâneas; as divisões são borradas.

Em contraste as tensões democráticas e violências contra pessoas LGBT+ como veremos a frente, ações afirmativas são criadas, como a Frente Parlamentar mista por cidadania e direitos LGBTI+, na Câmara dos Deputados, assinado pela presidente da frente, Deputada Erika Hilton (2023), Estatuto vigente no período de 2023-2017, que agrega naturezas políticas

plurais conjuntos aos representantes da sociedade civil, tanto ativistas independentes e quanto grupos e movimentos civis que se envolvam com as questões de cidadania e direitos LGBTI+. Focada em cidadania e direitos humanos da população LGBTI+ no exercício de proposições legislativas, ações de mobilização social e digital, programas, projetos, e segui-los em votações em comissões que correspondam as demandas da comunidade, bem como da monitoria e acompanhamento das políticas já existentes. Também se opondo a iniciativas contrárias ao direitos da população LGBTI+. Embora política, Hilton convive com a cultura digital online, e é citada recorrentemente nos conteúdos de cultura pop contemporânea, como parte de sua personalidade, performance individual, assim como a performance do corpo político.

Em *Cartografia do pensamento queer* de Leopoldo (2020), a performatividade na teoria queer e, de interesse ao presente texto, da performatividade da própria arte no corpo queer pelo DIY. O trabalho de Leopoldo (2020) não se reduz ao academicismo e tradicionais referências reducionistas da teoria *queer*<sup>5</sup> ao trabalho de

---

5 O termo *queer* da língua inglesa é ressignificado, do entendimento como abjeto e “falha representacional” iniciado em violência da linguagem, da designação do ser estigmatizado pelo contexto da década de 1980 e 1990 com a epidemia que se segue de HIV/Aids no ocidente, para resistência política e normalização, de integração ao social (Leopoldo, 2020). O *queer* enquanto contínuo questionamento das identidades e seus processos de mutação, em legitimidade pela naturalização e normalização, diferenciáveis, ainda que não excludentes; pertencentes ao comum lugar do dinamismo entre fronteiras do gênero, da sexualidade e de sua realidade pública, refletora e compositora de um conjunto de aspectos democráticos da sociedade brasileira assim como enfática visualidade dos efeitos nocivos das relações

Judith Butler (ainda que essencial ao giro performático da teoria queer) – é referencial de quatro correntes simultâneas do pensamento queer, a do pensamento lésbico, do pensamento homoerótico gay, do feminismo negro e do ativismo transfeminista, o pensar as masculinidades fazem parte dos atuais territórios de diálogo do queer; integra geografias do espaço e da filosofia, entrelaçadas à referências da cultura pop em sua composição, ao tecimento teórico da cartografia do pensamento queer.

Sobre a performatividade e a arte, como as Drag Queens, uma forma de arte correlacionada a multimídia e a mídia do corpo, “Na efervescência cultural dos anos 60 houve uma fase em que a cultura de massa tocou a arte tradicional e a arte tradicional tocou a cultura de massa” (Leopoldo, 2020, p. 221). Em diferentes linguagens, como o cinema, a música, a dança com os ballrooms estado-unidenses das décadas seguintes e com as tecnologias infotelecomunicacionais interativas da atualidade, como dos DIY que movem e comovem a comunidade LGBTQ+ online. “O ator *drag queen* com suas cores, com seu riso, com o seu salto alto, com toda a sua montagem vai refletir uma nova forma de estética e envolvimento político que não será desprezada nem no campo acadêmico nem nas micropolíticas transversais, nas micropolíticas do pensamento queer” (Leopoldo, 2020, p. 223). As drag queens são artistas presentes nas mídias digitais e passam seus ensinamentos por técnicas de maquiagem, de costura, de performance musical e teatral, compartilhando suas histórias de vida. Uma personificação do giro tecnológico de Donna Haraway, como ciborgues continuado por Paul Beatriz Preciado, parte duma tecnocultura que envolve arte, gênero, e um espaço amplo de diálogo e criatividade diversa. A teoria queer, o ciborgue e a imaginação política compartilham de um pedaço das realidades contemporâneas. Erika Hilton é a primeira deputada travesti do Brasil, e se propõe e as integração entre classes, simultaneamente na cultura pop digital, um espaço de acesso à informação privilegiado, e na política das ruas, das LGBTQ+ marginalizadas, desprovidas do acesso. Mais uma vez, cultura, política e a história da política e de uma democracia instável atrelada a desigualdade social é exposta, sob um passado recente da lógica da modernidade e dum capitalismo entremeado aos problemas socioculturais, em Souza (2022): O “capital cultural” é

constituído por ambas as coisas: tanto as precondições afetivas e psíquicas para o aprendizado, quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil. No caso da “ralé”, a carência e o abandono são tamanhos que a questão principal é a da ausência – em

---

entre patriarcado, racismo, capitalismo e fascismos, quando das leituras contemporâneas políticas de Leopoldo (2020).

maior ou menor medida — dos próprios pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de “produtor útil” no contexto da economia competitiva. (Souza, 2022, p. 166)

Em Sant’anna e Miranda (2017) vemos tanto o capital cultural elitista da arte quanto a resistência contracultural das manifestações artísticas deslegitimadas, ou, ao menos, subjugadas pelo capital cultural. Por vezes, criando tensões e aproximações entre si, de quimeras e provações visíveis a sutileza das abnegações diletantes das técnicas da arte nas diferentes geografias da cidade. Essas dinâmicas acompanham as décadas de 2010 e 2020, como citado por Sant’anna e Miranda (2017) no meio da esfera pública, mas também percebemos seus diálogos com os ecossistemas digitais pela relação entre criadores de conteúdo, artistas e coletivos envolvidos com o DIY ainda inseridos em um sistema publicitário que são plataformas online como o Youtube, ora interagindo com as relações capitais do lucro pela propaganda ainda que conservando o teor da técnica criativa e compartilhada, ora deixando-as em segundo plano, apenas como elemento ambiental de lucro automático como das propagandas, as *ads*, sobrepostas ao conteúdo online – ao caso do Youtube.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Irineu (2014) levanta a importância da cidadania LGBT, bem como da importância dos estudos em teoria queer em confluências às interdisciplinaridades geográficas, tecnológicas e culturais ressaltadas em Leopoldo (2020). Em tempos críticos, “é necessário ressaltar a resistência à exploração e à dominação, enquanto face politizada da “questão social”, que se expressa no processo de organização das lutas sociais” (Irineu, p. 157. 2014). Uma abordagem histórica da democracia brasileira conjunta aos direitos humanos recobram as demandas sociais em movimentação que atuam, em sístoles e diástoles, o impulsionamento da conquistas dos direitos humanos, sociais e políticos dos segmentos sociais vulneráveis, reconhecendo a especificidade dos contextos de violência em cada território, sem desistências, pois ainda que haja uma realidade crítica, há em contraste e convivência, uma multiplicidade artística e cultural interativa ímpares na história da arte brasileira e *queer* que suscitam participação política no desenvolvimento de propostas e na manutenção de uma comunicação sociodiversa pela multimídia.

Relacionar estudos das políticas públicas à teoria queer, à cultura e a tecnologia é uma continuidade história de amplo campo de análise, assim como “a reabertura política e o processo de redemocratização do Brasil foram fundamentais

para expansão da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade' (Iri-  
neu, 2014, p. 166). Uma cidadania social atrelada a seriedade do acompanhando  
da efetividade das políticas públicas ao invés de apenas nos sujeitarmos a boas  
declarações. Como as efetivas propostas e criação da Frente Parlamentar de  
Direitos LGBTQ+ criado por Erika Hilton em 2023.

Os estudos *queer* já têm grande presença nos estudos culturais do cinema,  
como em Barros (2016), onde as narrativas cinematográficas veiculam e cons-  
troem relações que se transladam entre obra e público, atribuindo representações  
sociais nas dinâmicas da comunidade *queer*. Esse cinema *queer* é constituindo  
de mais do que apenas corpos LGBTQ+, mas da postura e performance crítica de  
valores sexistas e ao sistema a qual é constantemente oprimido, estimulando a  
composição de um imaginário de diversidade de gênero e sexualidade – ainda que  
nem todo cinema *queer* desconstrua binaridade sexuais, heterossexualidade com-  
pulsória ou mesmo modelos heteronormativos em suas narrativas (Barros, 2016).  
E de mesmo modo, outras técnicas artísticas menos estudadas também detém o  
potencial da expansão as representações sociais, das cidadanias e das criativida-  
des conviviais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Sullivan. C. **O cinema queer brasileiro: o pensamento queer no Bra-  
sil a partir dos filmes Madame Satã e Elvis & Madona**. Textos e Debates, Boa  
Vista, n. 29, p. 51 -69, jan./jun. 2016.

BISPO, Tainã, et al. **Ninguém Solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de  
resistência pelas liberdades**. São Paulo: Claraboia, São Paulo. 2019.

CAETANO, Jessica N. BEZZI, Meri L. **Reflexões na geografia cultural: A materia-  
lidade e a Imaterialidade da Cultura**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, ano 23  
n.3, 453-466, set/dez. 2011.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

COSTA, Rosa M. C. D; MACHADO, Rafael C; SIQUEIRA, Daniele. **Teoria da comunica-  
ção na América Latina: da herança cultural à construção de uma identidade  
própria**. Paraná: Editora UFPR, 2006.

COUTO, R. C. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura Brasil: 1964-1985.** Brasília, 1999.

DIAS, R. B. **Tecnologias inclusivas e tecnologias engajadas: o que nos ensina o movimento maker?** Engenharias e outras práticas, técnicas engajadas. Volume 3: Diálogos interdisciplinares e decoloniais. Organizados: Kleba, J. B.; Cruz, C.C.; Alvear, C. A. S. Eduepb Editora da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. P. 309-338.

GERE, Charlie. **Digital Culture.** London: Reaktion Books. 2002.

ILLICH, Ivan. **Tools for Conviviality.** New York: Harper & Row, 1973.

IRINEU, Bruna A. **Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro \_ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 155 - 178.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer.** Editora Devires: Bahia, 2020.

LEVIN, I.; MAMLOK, D. **Culture and Society in the Digital Age.** Information 2021, 12, 68.

MELO, José Marques de. **A Esfinge midiática.** São Paulo: Paulus, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil : da constituição ao golpe de 2016.** 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOLES, Abraham A. **Sociodynamique de la culture.** France : Mouton Paris, 1971.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual: Mídia, cultura e tecnologia.** PD&A Ed.: Rio de Janeiro, 2001.

NEIMAN, Zysman. **Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados.** 12ª Edição. São Paulo: Atual, 1989.

PEDRA, Caio B. **Direitos LGBT: A LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro.** Curitiba, Paraná: Editora Appris, 2020.

PRECIADO, Paul. **An apartment on Uranus: Chronicles of the Crossing.** POBOX 629, South Pasadena, United States of America.

SAN'ANNA, S. M. P.; MARCONDES, G.; MIRANDA, A. C. F. A. **Arte e Política: A consolidação da arte como agente na esfera pública.** sociol. antropol. Rio de Janeiro, v.07.03: 825 – 849, dezembro, 2017.

SOUZA, Jessé. **O Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ROCHA, Cássio Bruno de A. **Apontamentos teóricos para uma história LGB-TQIA+: Uma saída queer para a polêmica essencialismo/construcionismo.** Rev. Hist. (São Paulo), n. 182, a00723, 2023.

UNDA, H. M. Z. **Desigualdad y dominación: el juego del arte en el espacio social.** Revista de investigaciones artísticas, Faculdade de Artes Universidad de Cuenca, nº 13. Dez. 2022.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Desenvolvimento, Conflitos sociais e a violência no Brasil Rural: O caso das usinas hidrelétricas.** Ambiente & Sociedade, Campinas. V. 10, n. 2, p. 119 – 135, jul.- dez. 2007.

ZOLBERG, Vera; CHERBO, Joni M. **Outsider art: contesting boundaries in contemporary culture.** Cambridge: Cambridge University Press: 1997.

SILVA, D. da; **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64.** Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Bianca DellaFancy. **Erika Hilton como você nunca viu, DellaMake.** Youtube, 29 de Setembro de 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=lcf0pb2taD0> > . Acesso em: 27 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Bianca DellaFancy. **Marcia Pantera como você nunca viu, DellaMake.** Youtube, 27 de Outubro 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Y1a3WLbbmbM> > . Acesso em: 23 nov. 2023.



\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 2: A batalha das Blogueiras**. Youtube, 15 de Outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bfOztTPw5AE>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 3: Editorial de Maquiagem Bafo**. Youtube, 19 de Outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n6yYJnlc-S4&t=2s>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 4: Fashion Film é Trend! com @ArlindoGrundOficial**. Youtube, 08 de Novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mgmVkvKje44&t=3529s>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. **Ep.1 Corrida das Blogueiras 5: Combo de Verão das Blogueiras com @Blogueirinha**. Youtube, 07 de Novembro de 2023. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-\\_hCTBt4aY](https://www.youtube.com/watch?v=-_hCTBt4aY)>. Acesso em: 28 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Dia Estúdio. **Erika Hilton é deputada e vem falar sobre sua trajetória, política e representatividade**. Youtube, 06 de Dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hl25MbVVPl0>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. Edição de Janeiro de 2023 do Jornal da Diva. **Jornal da Diva: Tretas por ingressos do RBD, estreia e caos no BBB23, Polêmicas na Paris Fashion Week**. Youtube, 06 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pMXjOqD-z4Q>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Diva Depressão. Edição de Setembro de 2023 do Jornal da Diva. **Jornal da Diva: Caos na Fazenda 15, Términos dos Famosos, Alienígena no México**. Youtube, 06 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7wdKI9jomvk>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal da Câmara dos Deputados. Íntegra da Reunião da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Lei Dandara - **Enfrentamento à LGBTIFOBIA (PL 7292/17) - 17/05/2023**. Youtube, 17 de Maio de 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68015>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal da Câmara dos Deputados. Deputada Federal Erika Hilton – PSOL/SP, Presidente da Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+. **Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+**. Brasília, 17 de Maio de 2023. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2282599&filename=Tramitacao-REQ%201842/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282599&filename=Tramitacao-REQ%201842/2023)>. Acesso em: 21 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal do Senado Federal. CPMI - 8 de Janeiro - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **Composição da Comissão Paramentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <[https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao\\_comissao?codcol=2606](https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2606)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Portal do Senado Federal. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (Instituída pelo Requerimento nº 1, de 2023) Senadora Eliziane Gama. **Relatório Final Aprovado**. Brasília, 17 de Outubro de 2023. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/264ac824-5d02-4463-b446-25eb22f4c96b>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022** / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2023).

\_\_\_\_\_. TV Senado. **Ao vivo: leitura do relatório final da CPMI do 8 de Janeiro - 17/10/23**. Youtube, 17 de Outubro 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EQfvRipkSoU>>. Acesso em: 19 nov. 2023.